CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 523/91 - PROC. DRE-6-Sul nº 1573/91

INTERESSADO : DIMÍTRIOS MARTINS PEREZ

ASSUNTO : Recurso - 2ª série do 1º Grau

RELATORA : Consª Maria Eloisa Martins Costa

PARECER CEE Nº 1194 /91 - CEPG - APROVADO EM 31/07/91

Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

Trata o presente protocolado de requerimento do Sr. Paulo Roberto Perez, pai do menor Dimftrios Martins Perez, aluno da 2ª série do 1º grau da Escola de 1º Grau "Pró Saber", solicitando reconsideração da decisão do Conselho de Classe que manteve a retenção de seu filho em Matemática, em 1990.

Esclarece o pai que:

- a classe teve três professores durante o ano letivo;

- a recuperação foi dada sem que antes o aluno soubesse da sua necessidade;

- ocorreu confusão de definição entre revisão de aula e recuperação;

- só ficou sabendo que o filho estava de recuperação no dia 05.12.90.

A direção da UE informa o seguinte:

a) as condições de aprovação ou reprovação seguem o previsto no Regimento Escolar;

b) convocado novo Conselho de Classe, foi mantida a reprovação do aluno;

c) a recuperação final teve início após a conclusão dos trabalhos relativos à última avaliação do ano, conforme prevê o calendário escolar;

d) a última avaliação foi realizada em 29.11.90 e, como a escola teve que esperar fossem completados os 180 dias letivos, foi mantendo aulas de revisão;

e) de 07 a 14.12.90, realizou-se a recuperação final, antecipada em um dia útil em relação ao previsto no calendário escolar.

O Conselho de Classe manteve a retenção do aluno.

A Supervisão de ensino da 1ª DESA, após analisar o expediente, informa que:

- foi usado um único instrumento de avaliação;

- o aluno teve um bom desempenho global na 2ª série, não

conseguindo a nota mínima para sua aprovação apenas em Matemática;

- o aluno deveria ter sido avaliado como um todo e não como um "depósito" de conhecimentos e "medido", com uma única nota.

Conclui pela aprovação do aluno em Matemática, decisão ratificada pela Sra. Delegada de Ensino.

Além disso, a 1ª DE de Santo André consulta este Conselho / sobre a dúvida suscitada pelo Parecer CEE 255/90, quanto à competência do De legado de Ensino para decidir casos de recursos impetrados contra as escolas particulares.

O Processo foi instruído de acordo com os documentos solicitados pela Resolução SE 235/87.

2. APRECIÇÃO

Embora tratem os autos de recurso contra a decisão do Conselho de Série de escola particular, foram seguidos, quase que integralmente, os procedimentos previstos na Resolução SE 235/87.

A verificação da ficha individual do aluno mostra que foi encaminhado para estudos de recuperação final só em Matemática, nos termos/ do artigo 48 do Regimento Escolar, por não haver atingido a média 7,0 (sete) durante o ano letivo. Depois da recuperação final, conseguiu atingir a média 6,0 (seis) e não 7,0 (sete) para ser promovido, como determina o Regimento Escolar.

É o seguinte o quadro de notas:

Componentes	1º bim	2º bim	3º bim	4º bim	Média b.	Recup.	M.F.
L. Portuguesa	7,5	7,0	7,5	8,0	7,5	-	7,5
Est. Sociais	9,0	7,5	7,0	7,0	8,0		8,0
Matemática	6,0	7,5	5,5	6,0	6,0	6,0	6,0
Ciência FBPS	7,5	7,0	7,0	dez	8,0	-	8,0

A Lei 5692/71 é clara quando afirma que a avaliação do aluno é prerrogativa da escola e deve ser procedida de acordo com as normas regimentais. Estas refletem as posições pedagógicas, mantidas pela escola quando da elaboração de seu Regimento e foram aceitas como válidas pelo poder público, quando, através de seus órgãos regionais, aprovou esse Regimento. Os órgãos de supervisão da SE devem zelar para que essas normas sejam cumpridas criteriosamente.

Quanto ao Regimento Escolar, em seu Artigo 39, observa-se que "na avaliação do rendimento escolar a ser feita ao longo do processo, prevalecerão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos";

Artigo 40 - A avaliação será feita através de:

- I- prova escrita;
- II- trabalhos de grupo;
- III- trabalhos individuais;
- IV- arguições;
- V- observação constante do aluno;
- VI- observação da assiduidade;
- VII- outros processos dinâmicos....

Artigo 41 - Na avaliação do aproveitamento deverão ser utilizados, no decorrer de cada bimestre, dois ou mais instrumentos elaborados pelo professor, sob a supervisão do orientador pedagógico e/ou Diretor da escola.

Artigo 44 - A cada síntese de avaliação, os alunos, com rendimento insatisfatório, serão submetidos a processo intensivo de recuperação.

Capítulo V - Da Recuperação

Artigo 45 - A recuperação, levada a efeito como processo contínuo e concomitante ao desenvolvimento normal do currículo, será destinada à correção de possíveis distorções de aproveitamento do aluno escolarmente fraco".

O Conselho de Classe, ao examinar a situação do aluno., parece não ter levado em conta que, nos outros componentes curriculares, teve conceituados acima da média para a promoção e que somente em Matemática obteve média 6,0 (seis). Na Ata da Reunião Extraordinária, o parecer da professora das ciências se foi o de que "apesar de ter corrigido a prova levando-se em conta aspectos qualitativos do aluno, o mesmo não apresentou aproveitamento que implicasse nota mínima para sua aprovação". O Conselho prendeu-se somente à análise do conteúdo não apreendido, esquecendo-se de analisá-lo em seu todo, como sugere o Parecer CEE nº 1660/87.

A Cons^a Anna Maria Quadros B. de Carvalho, em seu Parecer CEE 1152/86, assim se expressa:

"Há de se lembrar aos Senhores Professores que o papel do Conselho de Classe é analisar o aluno em sua íntegra, considerando, inclusive suas possibilidades de acompanhar a série seguinte. Então somente quando estas condições não forem satisfatórias caberá sua retenção."

Sem desrespeitar a decisão do Conselho de Classe/Série, mas levando-se em consideração o que acima ficou explicitado, além do parecer da Sra. Supervisora de que o aluno tem condições de acompanhar a série seguinte, isto é, a 3ª série do 1º grau, entende-se, que o aluno deve ser aprovado, de imediato, usando o Delegado de Ensino de suas competências previstas no Decreto 7.510/76, que reorganiza a Secretaria de Estado da Educação, o qual rela-

ciona como atribuição da Delegada de Ensino, nas respectivas áreas territoriais, a de "decidir sobre casos especiais relativos ao processo escolar, tais como: matrícula, transferência, adaptações, frequência de alunos e similares" (artigo 144, inciso XVIII)

Embora a avaliação do desempenho escolar não figure explicitamente no dispositivo, é considerada implicitamente esta incumbência, considerando-a "matéria similar" às dispostas, pois referem-se ao processo de ensino. É o que diz o Parecer CEE 397/91, da lavra do Consº Francisco Aparecido Cordão.

No Parecer CEE 890/85, vem clara a postura deste Colegiado a respeito do princípio de autonomia que devem ter as escolas: "a autonomia da escola é saudável e democrática na medida em que permite contemplar as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos sociais que têm direito ao ensino básico.

Mas a autonomia escolar não é absoluta. O espírito das leis do ensino condiciona seu exercício ao compromisso com objetivos e funções sociais da escola e com aquilo que é pedagogicamente possível esperar de cada criança ou jovem nas suas condições corretas de vida material, cultural e psíquica" (g.n).

Não consta dos autos, que a escola tenha propiciado a recuperação prevista nos artigos 44 e 45 de seu Regimento, o que poderia até ter evitado que a situação chegasse a tal ponto.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto:

- a) defere-se o recurso interposto pelo pai de Dimítrios/ Martins Perez, retido na 2ª série do 1º grau, em 1990, na Escola de 1º Grau "Pró-Saber", 1ª DE de Santo André, DRE-6-SUL;
- b) deverá ser considerada na 3ª série do 1º grau, a frequência computada até então, no presente ano, cabendo à escola em que es tiver matriculado pfetuar os procedimentos necessários de adaptação na série.

São Paulo, 27 de junho de 1991.

a) **Consª MARIA ELOISA MARTINS COSTA**

RELATORA

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Aparecido Leme Colacino, Cleusa Pires de Andrade, Maria Eloisa Martins Costa, Cleiton de Oliveira e Domingas Maria do Carmo Rodrigues Primiano.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 03 de julho de 1991.

a) Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE

PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por maioria, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 31 de julho de 1991.

a) Cons^o João Gualberto de Carvalho Meneses

Presidente